

SISTEMA FAEP



impresso

BOLETIM informativo

Ano XXIV | nº 1066 | 7 a 20 de setembro de 2009

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

SANIDADE
Ágide Meneguette defende parceria público-privada



pág **19**



SOB SUSPEITA | PÁG 2

MST

um movimento fora da lei

» Imprensa desvenda maracutaias do MST com recursos do governo e ONGs



2

Capa

As atividades subterrâneas do MST

8

Seguro

A proteção dos contratos de opção

10

Safra-Verão

Paraná recupera liderança



Cleverson Beje

12

Orgânicos

Selo de qualidade e certificação dos produtos

13

Interesse do produtor

Água isenta, vazão sanitário e as comissões da FAEP



Divulgação

14

Cursos Senar

As boas práticas para aumentar a renda

16

Via Rápida

A imprensa, a memória do agricultor e o morcego português

18

Jurídico

A validade das convenções coletivas

19

Sanidade

O modelo paranaense

Um movimento que faz da reforma agrária

ponto de partida para o crime

O radicalismo do MST é execrado pela maior parte da sociedade, mas tem financiamentos públicos e de organizações estrangeiras

“**A**o comemorar 25 anos, o MST enfrenta grave dilema. O bonde da história exige sua mutação. É impossível manter sua ideologia e preservar seus métodos num mundo diferente daquele que o criou. Por essa razão, há tempos o MST constrói a fábrica de sem-terras na periferia urbana. Nem isso, porém, funciona mais. O emprego e a bolsa-família tomaram o lugar da arruaça.

De início, para enfrentar a ditadura, ou na inépcia do governo, valia bancar o revolucionário. Mas hoje, brandir foices soa obsoleto; destruir laboratórios, obscurantista. Perdido, o MST inventa assunto para segurar sua onda. Afirma que o agronegócio concentra a propriedade rural. Mentira. O último Censo do IBGE indica que 68,2 hectares é a área média no campo. Em 1980 estava em 70,7 hectares.

No Congresso que realizou em Sarandi, o MST proibiu a entrada de jornalistas em suas assembleias. Triste ironia. Quem combinava ações espetaculares para ocupar as manchetes, agora cerceia a imprensa. O que esconde o MST?

Xico Graziano, engenheiro Agrônomo, mestre em Economia Rural, ex-Presidente do INCRA, e atual Secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo publicou esse texto em 25 de janeiro passado no jornal “O Estado de São Paulo”.

Na semana passada, a revista “Veja” dizia na chamada de sua capa “Abrimos o Cofre do M\$T” e parte do que o MST escondia foi revelado. O Movimento é financiado pelo governo e por organizações internacionais. O objetivo não é a reforma agrária. O que intriga a sociedade brasileira é por que o MST escolhe determinados territórios para ocupação? O Paraná, por exemplo, não tem terra para reforma agrária. Isso já foi concluído pela CPMI da Terra em 2005. O Movimento escolhe estrategicamente um território para ocupação. Não existe legalmente, e para evitar processos não tem registro e atua como organização fantasma, que o país sabe que existe pelas ações ruidosas e violentas, mas ninguém pode comprovar. Embora engane a Justiça, o MST é ostensivo na exibição dos seus dirigentes, como é o caso do seu chefe máximo,

o “fuhrer” João Pedro Stédile, conhecido por seu fundamentalismo e absolutismo irracionais.

“O MST é uma entidade ilegal que pratica crimes em série”, denunciou este ano a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que emitiu nota de repúdio contra as 1.667 invasões ilegais de terra praticadas nos últimos seis anos pelo MST. “Seus líderes comandam grupos que sequestram, vandalizam, torturam e matam”, diz a nota. *(veja box pág 7)*

Segundo a CNA, o MST, comprometido com a intolerância e a violência, tornou-se uma das maiores fontes da insegurança jurídica que pesa sobre o Brasil e que impõe prejuízos incalculáveis a todos os brasileiros. “Lamentavelmente, o MST conta com a complacência de autoridades do governo federal e recebe financiamento público para suas ações ilegais. Quem financia as jorna-

das de crime e de terror do MST é o cidadão brasileiro honrado, que tem a cultura dos direitos e dos deveres”, denuncia a revista Veja.

Enquanto a FAEP desenvolve programas, como o Casa em Ordem, em que orienta o produtor a manter suas propriedades rigorosamente dentro das normas estabelecidas por lei, cumprindo a legislação ambiental, por mais absurda que seja, para não abrir a guarda para as invasões, o MST e similares navegam na ilegalidade jurídico-institucional. Com suas bandeiras vermelhas, suas marchas, invasões de prédios públicos, acampamentos em finais de semana sob lonas pretas, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é execrado pela maior parte da sociedade brasileira. Nas páginas seguintes, as revelações da “Veja” e as opiniões de “O Estado de São Paulo” e da “Folha de S. Paulo”.

Por dentro do cofre do MST

As revelações de como o governo e organizações internacionais acabam financiando atividades criminosas do movimento



Policarpo Junior e Sofia Krause

Assertivos do ponto de vista ideológico, os líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra são evasivos quando perguntados de onde vêm os recursos que sustentam as invasões de fazendas e manifestações que o MST promove em todo o Brasil. Em geral, respondem que o dinheiro é proveniente de doações de simpatizantes, da colaboração voluntária dos camponeses e da ajuda de organismos humanitários. Mentira. O cofre da organização começa a ser aberto e, dentro dele, já foram encontradas as primeiras provas concretas daquilo de que sempre se desconfiou e que sempre foi negado: o MST é movido por dinheiro, muito dinheiro, captado basicamente nos cofres públicos e junto a entidades internacionais. Em outras palavras, ao ocupar um ministério, invadir uma fazenda, patrocinar um confronto com a polícia, o MST o faz com dinheiro de impostos pagos pelos brasileiros e com o auxílio de estrangeiros que não deveriam imiscuir-se em assuntos do país.

VEJA teve acesso às informações bancárias de quatro organizações não governamentais (ONGs) apontadas como as principais caixas-fortes do MST. A análise dos dados financeiros da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), do Centro de Formação e Pesquisas Contestado (Cepatec) e do Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac) revela que o MST montou, controla e tem a seu dispor uma gigantesca e intrincada rede de abastecimento e distribuição de recursos, públicos e privados, que transitam por dezenas de ONGs espalhadas pelo Brasil:

- » As quatro entidades-cofre receberam 20 milhões de reais em doações do exterior entre 2003 e 2007. A contabilização desses recursos não foi devidamente informada à Receita Federal.
- » As quatro entidades-cofre repassaram uma parte considerável do dinheiro à empresas de transporte, gráficas e editoras vinculadas a partidos

políticos e ao MST. Há coincidências entre as datas de transferência do dinheiro ao Brasil e as campanhas eleitorais de 2004 e 2006.

- » As quatro entidades-cofre receberam 43 milhões de reais em convênios com o governo federal de 2003 a 2007. Existe uma grande concentração de gastos às vésperas de manifestações estridentes do MST.
- » As quatro entidades-cofre promovem uma recorrente interação financeira com associações e cooperativas de trabalhadores cujos dirigentes são ligados ao MST.
- » As quatro entidades-cofre registram movimentações bancárias estranhas, com vultosos saques na boca do caixa, indício de tentativa de ocultar desvios de dinheiro.

Entre 2003 e 2008, segundo levantamentos oficiais, cerca de trinta entidades de trabalhado-

res rurais receberam do governo federal o equivalente a 145 milhões de reais. O dinheiro é repassado em forma de convênios, normalmente para cursos de treinamento. O Tribunal de Contas da União já identificou irregularidades em vários desses cursos. São desvios como cadastros de pessoas que não participaram de aula alguma e despesas que não existiram justificadas com notas frias. A Anca, por exemplo, teve os bens bloqueados pela Justiça após a constatação de que uma parte dos recursos de um convênio milionário assinado com o Ministério da Educação, para alfabetizar jovens, foi parar nos cofres do MST. Teoricamente, a Anca, a Concrab, o Cepatec e o Itac são organizações independentes, sem nenhum vínculo oficial entre si ou com o MST. Mas só teoricamente. A quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico das entidades-cofre mostra que elas fazem parte de um mesmo corpo, são uma coisa só, bem organizada e estruturada para dificultar o rastreamento do dinheiro que recebem e administram sem controle legal algum.

Ricardo Stuckert/PR

Torneira aberta

Milhões de reais do governo Lula serenaram durante seis anos a fúria do MST

Eis um exemplo da teia que precisa ser vencida para tentar entender como os recursos deixam o cofre da entidade e viajam por caminhos indiretos ao MST. Uma das beneficiárias de repasses da Anca é a gráfica Expressão Popular. Seus sócios são todos ligados ao MST, como Suzana Angélica Paim Figueiredo, advogada do escritório do ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que atua em causas de interesse do MST. Suzana faz parte da banca que defende o terrorista italiano Cesare Battisti, preso no Brasil. A advogada ainda é presidente de uma segunda editora, a Brasil de Fato, que também recebe recursos da Anca, também presta serviços ao MST e tem como conselheiro ninguém menos que João Pedro Stedile, líder-mor do MST, um dos principais defensores da não extradição de Battisti. Anca,



Brasil de Fato e MST, embora sem vínculos aparentes, funcionavam no mesmo conjunto de salas em São Paulo. Procurada, a advogada Suzana não quis esclarecer que tipo de serviço as gráficas prestaram à Anca. Indagadas, o máximo que as três entidades admitem é que existe uma parceria entre elas. Essa parceria, ao que tudo indica, serve inclusive para ocultar as atividades do departamento financeiro do movimento sem-terra.

Além de funcionarem nos mesmos endereços, como é o caso da Itac e da Concrab, e de dividirem os mesmos assessores e telefones, como a Anca e a gráfica, as entidades curiosamente recorrem aos mesmos contadores e advogados – eles também, ressalte-se, integrantes de cooperativas ligadas ao MST. A análise dos dados sigilosos revela que Ilton Vieira Flores, o conta-

No governo LULA, invasões e marchas como instrumento de chantagem

dor da Anca, o cofre principal do MST, é um dos responsáveis pelo Cepatec, outra fonte de arrecadação de dinheiro do movimento. O contador também é diretor da Cooperbio – um excelente exemplo, aliás, de como as ONGs ligadas ao MST se entranharam no governo. A cooperativa, que tem como função intermediar recursos para associações de trabalhadores rurais que se dedicam

à fabricação de matéria-prima para a produção de biocombustíveis, assinou convênios milionários com a Petrobras. O presidente da Cooperbio, Romário Rossetto, é primo do presidente da Petrobras Biocombustível, o petista Miguel Rossetto, ex-ministro do Desenvolvimento Agrário, uma das principais fontes de recursos da Anca, do Cepatec, da Concrab e do Itac.

Valter Campanato/ABR e Antônio Cruz/ABR

Torneira fechada

O ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário (no alto, à esq.), cortou verbas para convênios. Resultado: o MST, comandado por Marina dos Santos, ameaça retaliar

Há muito que desvendar a respeito do verdadeiro uso pelo MST do dinheiro público e das verbas provenientes do exterior. A Anca, por exemplo, é investigada desde 2005 por suas ligações com o movimento. A quebra do sigilo mostra que funcionários da entidade realizaram saques milionários em dinheiro em datas que coincidem com manifestações promovidas pelo MST e também com períodos eleitorais. Outra coincidência: tabulando os gastos das entidades, resta evidente que parte expressiva dos recursos é destinada a pessoas físicas ou jurídicas vinculadas ao MST. Há também transferências bancárias suspeitíssimas. Em agosto de 2007, 153 000 reais do Cepatec foram parar na conta de Márcia Carvalho Sales, uma vendedora de cosméticos residente na periferia de Brasília. “Não sei do que se trata, não sei o que é Cepatec e não movimento a conta no banco há mais de três anos”, diz a comerciária. O Cepatec também não quis se pronunciar.

Para fugir a responsabilidades legais, o MST, embora seja onipresente, não existe juridicamente. Não tem cadastro na Receita Federal, e, portan-



to, não pode receber verbas oficiais. “Por isso, eles usam essas entidades como fachada”, diz o senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, que presidiu a CPI da Terra há quatro anos e, apesar de quebrar o sigilo das ONGs suspeitas, nunca conseguiu ter acesso aos dados bancários. Aliados históricos do PT, os sem-terra encontraram no governo Lula uma fonte inesgotável de recursos para subsidiar suas atividades. Uma parcela grande dos convênios com as entidades ligadas ao MST destina-se, no papel, à qualificação de mão de obra. Mas é quase impossível averiguar se esse é mesmo o fim da dinheirama. “Hoje o MST só sobrevive para parasitar o estado e conseguir meios para se sustentar”, diz o historiador Marco Antonio Villa.

O MST sempre utilizou o enfrentamento como peça de marketing do movimento. No governo passado, os sem-terra chegaram a organizar uma marcha que reuniu 100.000 pessoas em um protesto em Brasília, além de invadirem a fazenda do presi-

As ONGs ligadas ao MST chegaram a receber quase R\$ 40 milhões em um único ano

dente da República com direito a transmissão televisiva. No governo Lula, a relação começou tensa, mas foi se acalmando à medida que aumentavam os repasses de dinheiro e pessoas ligadas ao movimento eram nomeadas para chefiar os escritórios regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). O MST passou, então, a concentrar os ataques à iniciativa privada, especialmente ao agronegócio. Os escritórios do Incra se tornaram suporte para ações contra produtores rurais, muitos deles personagens influentes na base aliada do governo. Além disso, os assentamentos contribuíram para aumentar a taxa de desmatamento e as ONGs ligadas à reforma agrária se tornaram um ralo pelo qual o dinheiro público é desviado. Esse estado de coisas levou à instalação de uma CPI no Senado e, ato contínuo, a um recuo do Planalto nos afagos aos sem-terra. A pretexto da crise econômica mundial, o governo cortou mais de 40% da verba prevista para os programas de reforma agrária. Cedendo à pressão de ruralistas, tirou das mãos do MST o comando de escritórios estratégicos do Incra, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pernambuco, e colocou no lugar pessoas indicadas por ruralistas. Por fim, o golpe mais dolorido: fechou a milionária torneira dos convênios.

As ONGs ligadas ao MST chegaram a receber quase 40 milhões de reais em um único ano. No início do governo Lula, em 2003, esses repasses não

alcançavam 15 milhões de reais. No ano seguinte, cresceram substancialmente, ultrapassando os 23 milhões de reais. Em 2005, o valor aumentou novamente, atingindo 38 milhões de reais. No segundo mandato, as denúncias de irregularidades envolvendo entidades ligadas aos sem-terra ganharam força. E o dinheiro federal para elas foi minguando. Em 2007, ano de abertura da CPI, os repasses às ONGs ficaram em 28 milhões de reais. No ano passado, as entidades receberam 13 milhões. E, nos oito primeiros meses deste ano, os cofres das ONGs do MST acolheram menos de 7 milhões de reais em convênios com o governo federal. Como reação, a trégua com o governo também minguiu. No início de agosto, 3 000 militantes invadiram a sede do Ministério da Fazenda. A ação em Brasília foi comandada pela nova coordenadora nacional do MST, Marina dos Santos, vinculada a setores mais radicais do movimento. No protesto, o MST exigiu o assentamento imediato de famílias que estão acampadas. Nos bastidores, negocia a retomada dos repasses para as ONGs e a recuperação do comando das unidades do Incra. Em conversas reservadas, existem até ameaças de criar problemas para a candidatura presidencial da ministra Dilma Rousseff. O governo Lula agora experimenta o gosto da chantagem de uma organização bandida que cresceu sob seus auspícios.

** Com reportagem de Otávio Cabral*

José Rainha, o rei dos pelegos

Agilberto Lima/AE

O dissidente do MST achou um jeito de embolsar mais dinheiro: apoiando, sem vergonha de ser feliz, o governo federal e abrindo uma nova fronteira de invasões

Diogo Schelp

José Rainha lidera uma dissidência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que já reúne mais militantes em São Paulo do que a vertente original da organização. Excluído da direção nacional do MST e desautorizado a falar em nome do movimento, Rainha usa sua sigla e sua bandeira. Isso é possível porque o MST não possui representantes legais nem personalidade jurídica - uma malandragem para não precisar responder a processos na Justiça. O mega-acampamento em Araçatuba faz parte de uma



demonstração de força cujo objetivo é superar o MST oficial na disputa por dinheiro público. Não há terras suficientes na região para assentar todas as pessoas que depositaram suas esperanças naqueles barracos de beira de estrada. Terra é o de menos para Rainha e seus desafetos do MST oficial. O objetivo é mobilizar o maior número de pessoas para pressionar o governo por novos “convênios” com entidades controladas por líderes sem-terra. Esse é o mecanismo dos repasses que, em tese, deveriam pagar projetos educacionais, habitacionais e de “aumento da biodiversidade” em assentamentos.

No entanto, o dinheiro acaba servindo para financiar invasões, protestos que terminam em vandalismo e até campanhas eleitorais de vereadores. Desde 2007, o Ministério do Desenvolvimento Agrário aprovou 4 milhões de reais em convênios com duas entidades ligadas a Rainha, que atua apenas em São Paulo. Isso equivale a quase um décimo do total que o governo federal repassou a quatro ONGs ligadas ao MST oficial em todo o país, entre 2003 e 2007. Na comparação, portanto, pode-se considerar que Rainha tem sido bem-

“ 43 foi o número de invasões de terra no oeste paulista no primeiro semestre de 2009. Em todo o ano de 2008, foram 34 invasões ”

sucedido em suas táticas de arrecadação. O grupo dele, ao contrário do MST oficial, já tem até candidato para 2010, conforme anunciou publicamente em maio deste ano: trata-se de Dilma Rousseff, a ministra da Casa Civil. O que se tenta vender como questão de princípios, no entanto, esconde apenas maneiras diferentes de chegar ao mesmo objetivo: as verbas federais. Como na região de Araçatuba praticamente não há terras griladas, as desapropriações são responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do governo federal. Rainha já disse diversas vezes que prefere trabalhar com o Incra. Tem lógica: o instituto adora dar dinheiro para ele.

Correio Braziliense

Desde que foi desligado do MST, em 2004, o líder sem-terra José Rainha Júnior passou a ter vida própria no Pontal do Paranapanema. Para conseguir recursos do governo federal e de organizações não governamentais do exterior, ele fundou duas instituições: a Federação das Associações de Agricultores Familiares do Oeste Paulista (Faafop) e a Patativa do Assaré. Em três anos, as duas entidades já receberam R\$ 6,7 milhões em recursos do governo federal e de duas instituições internacionais. “O nosso acampamento tem três meses. Em breve, terá 3 mil pessoas”, prevê Rainha.

Rainha faz questão de dizer que não será candidato a qualquer cargo público e que, em casa, a candidata é a sua esposa, Diolinda Alves, que vai tentar uma vaga na Assembleia Legislativa de São Paulo pelo PT. “O oeste paulista tem 153 assentamentos e todos estão afinados comigo, inclusive as dissidências, como o Mast (Movimento dos Agricultores Sem-Terra)”, avisa.

O Estado de São Paulo

Se antes a preocupação da sociedade brasileira, com os métodos de atuação do MST se referia ao desrespeito sistemático aos direitos de propriedade praticado por essa entidade, agravado pelos lances de violência que marcam suas mobilizações, de uns tempos para cá há preocupação quanto aos desvios de dinheiro público, especialmente através da “parceria” Incra/MST. Como o MST mantém-se, há duas décadas, sem existência legal, escapando assim dos controles oficiais ou da obrigação de prestar contas do dinheiro público recebido, recebe verbas e subsídios

governamentais através de interpostas entidades, devidamente legalizadas - em geral cooperativas -, na maioria formadas por seus militantes. Por meio dessa terceirização, serviços são contratados e muito bem pagos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sem licitação e beneficiando “empresas” sem qualquer especialização que justifique os contratos - sem falar nos caso de superfaturamento propriamente ditos.

CPMI do MST, defende Kátia Abreu (Notícias CNA/SENAR)

A instalação de uma nova Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o repasse de recursos para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi defendida nesta quarta-feira (2/9) pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu. A proposta foi feita em pronunciamento no Plenário do Senado para comentar denúncia feita por reportagem da Revista Veja. A matéria afirma que as manifestações do MST são financiadas principalmente por recursos públicos e de organizações internacionais, sem a devida prestação de contas. Kátia Abreu informou que há assinaturas suficientes de deputados e senadores para criar a comissão.

“A Veja confirmou o que todos suspeitavam: os atos ilícitos do MST são financiados com os impostos do contribuinte e por entidades estrangeiras sem prestar contas. Já aconteceu uma CPI no passado e queremos investigar novamente as atrocidades deste movimento, que ainda tem a coragem de chantagear o governo”.

Contrato de opção evitou prejuízo de R\$ 38.000,00

Produtor protegeu 10 mil sacas contra a baixa do preço do milho na última safra de verão. Agora, um novo contrato e seguro de preço para 25 mil sacas



O produtor rural não precisa se comportar como um mero torcedor, cruzando os dedos e rezando para que os preços das commodities agrícolas estejam em alta no pós-colheita. Um mecanismo simples e de eficácia comprovada na garantia de preços são os contratos de opção. Muitos produtores vêm conhecendo este instrumento através do curso do SENAR-PR sobre Mercado Futuro, que estreou no ano passado e já reuniu quase mil produtores em 81 turmas.

O funcionamento do contrato de opção é simples. O produtor paga um seguro que garante um valor pré-definido do produto na época em que for comercializar. Se o preço for menor, o banco cobre a diferença; se for maior, o produtor vende a quem quiser.

O produtor Anildo Dal Pizzol é cliente dos contratos de opção há três anos. Nos dois primeiros anos não precisou usar o seguro, mas, na última safra, o travamento do preço garantiu R\$ 38.000,00 a mais do que o mercado físico estava pagando. Foram 10 mil sacas com preço adicional de R\$ 3,80. “Agora fiz de novo para o milho, desta vez 25 mil sacas. Paguei R\$ 1,50 de seguro, por saca, para garantir o preço a R\$ 21,50 até 15 de maio. Descontando R\$ 1,50, garanto os meus 20 reais”, diz Dal Pizzol. O produtor quer se prevenir de uma eventual baixa nos preços do milho, diante da safra cheia nos Estados Unidos e previsão de boas condições para as lavouras brasileiras.

“Pode ser meio esquisito de explicar, mas tem que aprender a fazer fazendo”, diz Dal Pizzol. Ele não fez contrato de opção para a soja por que considera o prêmio alto (US\$ 5,50 por saca) e por que o contrato só alcança até 15 de fevereiro, antes da colheita.

Existe uma resistência cultural para recorrer aos contratos de opção e outros mecanismos de garantia de preço. É a opinião do produtor Itacir Cividini, de Toledo, ele mesmo um resistente. “O agricultor é um pouco guloso. Ele reclama se tiver que pagar um dólar, um e cinquenta por saca para garantir o preço. Metade não entende como funciona e prefere jogar com a sorte”, diz Itacir. Ele admite, no entanto, que no futuro próximo vai “ser obrigado” a recorrer a algum instrumento para garantir o preço. Hoje Itacir está entre os produtores que “já deram uma volta e meia na roda” e não dependem da venda da colheita para pagar o financiamento. Especula e espera o melhor preço para vender. “Só que este foi o pior ano dos últimos quinze. A seca, o vento, a geada e a chuva – tudo foi contra”, conclui.

A engenheira agrônoma do Departamento Técnico-Econômico da FAEP, Maria Silvia Digiovani, aconselha os produtores a conhecer melhor os mecanismos de apoio à comercialização. “Não é bom negócio vender os produtos imediatamente após a colheita, exatamente no momento de maior oferta, para fazer caixa e saldar os compromissos assumidos. Seguir esta estratégia é correr um risco muito grande de entregar a produção a um preço não remunerador”, diz.

“Garantia de preço é uma precaução diante de safra cheia nos Estados Unidos e previsão de boas condições para lavouras brasileiras”

Quase metade da terra cultivável do mundo tem pelo menos 10% de cobertura com árvores, segundo estudo divulgado, indicando que os agricultores são menos destrutivos às florestas do que se imaginava até agora. “A área revelada neste estudo é duas vezes o tamanho da Amazônia e mostra que os agricultores estão protegendo e plantando as árvores espontaneamente”, afirmou Dennis Garrity, diretor-geral do Centro Agroflorestal Mundial, em Nairobi, em comunicado.

O relatório do centro, baseado em imagens de satélites é o primeiro a estimar a cobertura das árvores em fazendas por todo o mundo e mostra que a superfície coberta por suas copas supera os 10% em um área cultivável de 10 milhões de quilômetros quadrados - uma área do tamanho do Canadá ou China e equivalente a 46% de toda a terra cultivável do mundo.

Por um dos parâmetros usados pela agência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), uma “floresta” é uma área em que as copas das árvores cobrem pelo menos 10% da superfície. A definição, no entanto, exclui áreas urbanas e terras cultiváveis.

O estudo informou que os agricultores mantêm ou plantam árvores para usos variados, como colher frutas, nozes, medicamentos, combustível, material de construção, borracha ou resinas. As árvores também dão sombra para os rebanhos, funcionam como quebra-vento, marcador de limites ou para ajudar a evitar a erosão.

E as árvores são mais resistentes do que plantações ou rebanhos e, portanto, podem servir como uma reserva para os agricultores em tempos difíceis. As estimativas anteriores da área de terra cultivável em que havia agroflorestamento chegavam a no máximo cerca de 3 milhões de quilômetros quadrados. As fazendas são frequentemente retratadas como inimigas das florestas, que além de servirem de habitat para uma grande diversidade de animais e plantas também funcionam como gigantes armazéns para capturar o dióxido de carbono, principal gás causador do efeito estufa.

Bom convívio

“Ficamos agradavelmente surpresos, o estudo quantifica um recurso subestimado”, afirmou Tony Simons, diretor-geral adjunto do Centro Agroflorestal Mundial. O relatório revela que as árvores são parte integral das paisagens agrícolas em todas as partes do mundo, com a exceção das regiões áridas na África Setentrional e Ásia Ocidental.

O estudo aponta para uma nova fonte de combate às mudanças climáticas, segundo Simons. Os agricultores fariam mais para preservar as árvores se recebessem créditos sob o novo pacto climático da Organização das Nações Unidas (ONU) a ser defini-

Agricultura protege duas Amazôniaas

46% da terra cultivável do planeta tem cobertura de árvores



Cleverson Beje

do na reunião em Copenhague, em dezembro. Os negociadores buscam formas de desacelerar o desflorestamento nos países em desenvolvimento - o desflorestamento responde por 20% de todas as emissões de gases causadores de efeito estufa de fontes humanas. “Este estudo oferece evidências convincentes de que as fazendas e florestas não são, de forma alguma, mutuamente excludentes”, observou Wangari Maathai, ambientalista queniana, vencedora do prêmio Nobel da Paz por sua campanha pela plantação de árvores por toda a África.

No fim da Era Glacial passada, há cerca de 10 mil anos, as florestas naturais cobriam em torno de 70% da superfície do mundo. Agora, cobrem apenas 26%. O índice líquido de desflorestamento caiu para 7,3 milhões de hectares por ano (uma área do tamanho de Serra Leoa ou Panamá) no período de 2000 a 2005, segundo a FAO, em comparação aos 8,9 milhões por ano verificados entre 1990 e 2000.



PESQUISA NA UFPR

Um começo no Brasil

Um dos responsáveis pelo estudo da FAO é o professor-doutor Carlos Sanquetta, do Setor de Ciências Agrárias e da Madeira da UFPR. “É uma verdade”, diz ele, “que ‘árvores fora das florestas’ tem um grande significado ambiental, econômico e social”. Ele ressalta, porém, que no Brasil não há estudos significativos de árvores em meio à agricultura, porque há ausência de inventários de campo e geotecnologias adequadas (imagens de satélite). No Paraná, ele e alguns alunos de graduação em Engenharia Florestal da UFPR recém-iniciaram um projeto nesse sentido avaliando algumas regiões do Estado.

* Com a agência Reuters

Paraná poderá voltar à posição de primeiro produtor de grãos

Cleverson Beje

A lavoura que mais deve apresentar recuperação é a de soja. A área ocupada cresce 7%, passando de 4 milhões de hectares na safra 08/09 para 4,27 milhões na safra 09/10

Se a estimativa da Secretaria estadual da Agricultura se confirmar nesses próximos meses e se o clima não aprontar das suas, a safra paranaense de verão 2009/10, cujo plantio começa a ser intensificado este mês, sinaliza recuperação nas lavouras de soja, milho e feijão, os principais grãos produzidos no Estado. Com isso, segundo levantamento do Deral (Departamento de Economia Rural), a expectativa é colher 20,8 milhões de toneladas, um crescimento de 26% sobre a safra do ano passado, que não ultrapassou os 16,5 milhões de toneladas. Para o secretário da Agricultura, Valter Bianchini, além do clima, e se houver recuperação nos preços do milho, o Paraná retoma sua condição de primeiro produtor de grãos do País.

Ao anunciar a previsão de safra no dia 31 de agosto, em Curitiba, Bianchini analisou a situação atual das lavouras de milho da segunda safra e das culturas de inverno, particularmente do trigo, que estão sendo colhidas. Essas lavouras con-

tinuaram a ser prejudicadas pelo clima, que foi atípico este ano com seca e geadas, seguidas de excesso de chuvas, durante o desenvolvimento vegetativo dos principais grãos de inverno.

O final de colheita da safra 08/09 aponta para safra total, entre culturas de verão e de inverno, de 25,5 milhões de toneladas, que foi inferior em 19% em relação à safra anterior. Essa queda na produção ocorreu principalmente por causa da quebra de safra de milho da primeira e segunda safra, quando foram perdidos 4,1 milhões de toneladas e na safra de soja quando foram perdidas 2,5 milhões de toneladas do grão.

De acordo com o levantamento do Deral, a área ocupada com as culturas de verão como soja, milho da primeira safra, feijão da primeira safra, arroz, sorgo, amendoim, algodão, fumo e mandioca deverá atingir 5,68 milhões de hectares na safra 2009/10, mantendo estabilidade em relação ao plantio feito no ano passado, quando a área ocupada foi de 5,7 milhões de hectares.

A lavoura que mais deve apresentar recuperação é a de soja. A área ocupada cresce 7%, passando de 4 milhões de hectares na safra 08/09 para 4,27 milhões de hectares na safra 09/10, a maior área plantada nos últimos três anos. A estimativa de produção aponta para a colheita de 13 milhões de toneladas, volume recorde que, se confirmado, será 39% maior em relação à safra passada, que atingiu 9,37 milhões de toneladas.

A preferência dos produtores paranaenses pelo plantio da soja no período de verão é atribuída à liquidez do grão, menor custo de produção

“ Apesar da queda no preço do feijão e redução de área plantada, a produção deve apresentar uma recuperação de 36%. A primeira estimativa de safra aponta para uma colheita de 571.101 toneladas na primeira safra ”

este ano e manejo mais fácil no plantio, tratos culturais e colheita. Para o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, quem rege o mercado são as bolsas internacionais. “E o produtor paranaense avalia o que deve plantar, ampliando o plantio de soja com redução de outras culturas”.

Na comercialização, a soja está apresentando melhor rendimento em relação ao milho, cujos preços desestimulam o agricultor. “Apesar de os preços da soja não sinalizarem tendência positiva, a dos preços do milho está pior”, comparam técnicos do Deral.

Em função desse desestímulo, a área plantada com milho está caindo 20% em relação ao ano passado, devendo ser a menor área cultivada com milho no Paraná desde a década de 70, quando o Deral começou a acompanhar a cultura. O cultivo de milho deverá ocupar um milhão de hectares, cerca de 200 mil hectares a menos em relação à safra

08/09, quando ocupou 1,26 milhão de hectares.

Os produtores de milho ficaram desanimados por causa dos baixos preços durante a comercialização. Desde julho, o milho vem sendo negociado, em média, por R\$ 14,74 a saca, valor 10,73% inferior ao preço mínimo de R\$ 16,50 a saca. Em relação ao início de 2009, o preço do milho já caiu 16%, o que incentivou os produtores a optarem pela soja.

Na avaliação de técnicos do Deral, se não houver problemas de clima, a produção da safra 2009/10 não deverá cair na mesma proporção que a área plantada. A expectativa é de aumento de 8% na produção, passando de 6,55 milhões colhidos na safra 08/09 para 7,07 milhões colhidos na temporada 09/10. Na safra passada, houve quebra de safra em decorrência da estiagem e o volume colhido foi 24,6% inferior à estimativa feita pela Secretaria da Agricultura.

Área plantada de feijão deve cair 8%

Cenário semelhante ao do milho está previsto para o feijão da primeira safra. A área plantada deve cair em torno de 8% em relação ao plantio da safra passada, passando de 368.168 hectares plantados na primeira safra 08/09 para 339.33 hectares plantados em igual período deste ano.

O preço também é um dos fatores de desestímulo para o produtor. Os preços recebidos pelos agricultores estão em torno de R\$ 68,64 a saca do feijão de cor e R\$ 61,35 a saca do feijão preto, abaixo do preço mínimo, que é de R\$ 80,00 a saca. O governo federal tem amparado os produtores com a liberação de recursos para compra de feijão por

Aquisições do Governo Federal (AGF) e pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Também liberou recursos para que fosse acionado o Prêmio de Escoamento do Produto (PEP), mas esses mecanismos apenas evitaram uma derrocada ainda maior nos preços do feijão.

Apesar da queda no preço do feijão e redução de área plantada, a produção deve apresentar uma recuperação de 36%. A primeira estimativa de safra aponta para uma colheita de 571.101 toneladas na primeira safra. A safra passada 08/09 apresentou uma produção de 419.538 toneladas. No ano passado, 193.816 toneladas de feijão foram perdidas em decorrência da estiagem.

QUEDA

Colheita do milho safrinha

Cerca de 75% das lavouras de milho safrinha já estão colhidas e a produção deve atingir 4,73 milhões de toneladas, cerca de 26% inferior ao potencial inicial. A cultura ocupou 1,51 milhão de hectares na segunda safra e a produção inicial esperada sinalizava para colheita de 6,37 milhões de toneladas.

No decorrer do desenvolvimento, a cultura sofreu muito com a estiagem ocorrida entre o final de março até o início de maio. As geadas ocorridas em junho e julho e o excesso de chuvas durante o mês de julho também acabaram afetando a produtividade e a qualidade da safra.



Cleveson Beje

BRUSONE

Chuvas trazem doenças ao trigo

O trigo também foi atingido pelas chuvas, que provocaram o aparecimento de doenças fúngicas nas plantas. A produção estimada é de 3,17 milhões de toneladas, que corresponde a uma redução de 9,2% sobre a expectativa inicial que apontava para uma colheita de 3,49 milhões de toneladas.

Com essa produção, o Paraná ainda se consolida como maior estado produtor de grãos, sendo responsável este ano por 54,2% da produção nacional.

Este ano, a área ocupada com a cultura do trigo cresceu 12%, passando de 1,15 milhão de hectares ocupados para 1,29 milhão de hectares.



Selo de qualidade para orgânicos

Ministério da Agricultura prepara selo de qualidade para produtos orgânicos buscando impulsionar o setor

Termina no dia 28 de dezembro o prazo para que mais de 15 mil produtores de alimentos orgânicos do Brasil se adequem às novas regras para a produção de orgânicos. A padronização dos procedimentos de produção de alimentos orgânicos é necessária, uma vez que o Ministério da Agricultura pretende criar um selo oficial para estes produtos.

O objetivo da regulamentação dos orgânicos é impulsionar o setor, adotando regras e procedimentos no processo de produção. Estes critérios foram elaborados pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (Sisorg), formado pelo Ministério da Agricultura, órgãos de fiscalização e certificação, e foi publicado no Diário Oficial da União, no decreto nº 6323.

Julio Kobe é produtor de orgânicos há doze anos, em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba. Segundo ele, sua propriedade não passará por grandes mudanças, pois já atende as normas exigidas. Produtor de morangos e tomates, Kobe está aguardando apenas a licença para fazer a embalagem já com o selo oficial do Ministério da Agricultura. “Acredito que o mais importante é que este selo vai dar garantia ao consumidor de

que ele está adquirindo um produto de qualidade e que seguiu os procedimentos corretos da sua produção”, e ressaltou que “É mais fácil apresentar um produto com o selo que certifica a sua qualidade”, disse Kobe.

A maior parte da produção orgânica do Brasil (70%) é destinada para exportação. Holanda, Suécia e Estados Unidos são os destinos de mais de 60% do volume exportado. No Brasil, 9% da população consome alimentos orgânicos, o que responde por 1% do faturamento total dos supermercados, cerca de R\$ 1,585 bilhões, segundo dados da consultoria GFK.

As certificadoras serão habilitadas pelo Ministério da Agricultura, e deverão atualizar as informações dos produtores para o cadastro nacional de produtores orgânicos. Antes estes órgãos deverão ser habilitados pelo Inmetro. O decreto permite aos agricultores familiares vender seus produtos orgânicos direto ao consumidor, desde que sejam cadastrados ao órgão fiscalizador.

A fiscalização poderá ser feita pelos órgãos participantes do Sisorg em todos os ambientes da cadeia produtiva. Em caso do não cumprimento das normas o produtor receberá punições e até multas.

A partir de 2010 em todo Brasil alimentos orgânicos seguirão os mesmos procedimentos de produção



DICA

Instruções Normativas (IN)

IN-17: Estabelece as normas referentes ao regulamento técnico para o extrativismo sustentável orgânico.

IN-18: Aprova o regulamento técnico para o processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos.

IN-19: Informa as regras dos mecanismos de controle e informação da qualidade dos produtos orgânicos.

(Veja íntegra no site www.faep.com.br)

Agricultores isentos de pagamento de água

Os deputados estaduais aprovaram, em segunda discussão, o projeto que vai autorizar o governo do Paraná a cobrar pela água retirada dos rios por grandes indústrias e companhias. Os agricultores serão isentos do pagamento da taxa.

Com a criação do Instituto de Águas do Paraná (Ipaguas), órgão que vai gerenciar os recursos hídricos, o estado pretende cobrar R\$ 0,03 por metro cúbico de água captada das bacias hidrográficas. De acordo com dados da Sanepar, referentes a julho deste ano, o setor comercial representa 14% do consumo de água no Paraná, seguido pela Indústria, que consome 3,6%.

O projeto original do governo também permitia a cobrança de água dos produtores, mas os deputados aprovaram uma emenda na CCJ, isentando parte do setor. Os agricultores que usarem a água para produção agropecuária e silvopastoril ficarão isentos da taxa. Já os que tiverem propriedades maiores do que aproximadamente 140 hectares vão ter que pagar pela retirada da água se for destinada a irrigação e atividades de lazer. O deputado Reni Pereira (PSB), autor da subemenda, disse que o Paraná é um estado agrícola e a cobrança da água poderia encarecer a produção, tornando o estado menos competitivo em relação aos demais.

Outras emendas também foram aprovadas junto com o projeto, entre elas a de Jocelito Canto (PTB), que propõe um sistema de remuneração aos proprietários rurais que preservam nascentes e mananciais.

* Com
Gazeta do Povo



Cleverson Beje

Vazio sanitário para soja termina no dia 15

Termina no dia 15 de setembro a suspensão do plantio de soja no Paraná, o chamado vazio sanitário, que teve início em 15 de junho. A medida, da Secretaria estadual da Agricultura, foi adotada para impedir a proliferação da ferrugem asiática, cujos primeiros focos apareceram no Brasil há cerca de 10 anos.

A doença provoca a queda das folhas e prejudica a formação dos grãos, derrubando drasticamente a produtividade da lavoura. Segundo a Embrapa, a estimativa é que a do-

ença já provocou perdas de aproximadamente US\$ 13,4 bilhões.

Esta é a segunda vez que a medida fitossanitária entra em vigor no Estado. Conforme resolução da Secretaria da Agricultura, até a data definida pela suspensão não pode haver plantas vivas de soja, em plantio, parques, praças e até mesmo derramamento de grãos durante o transporte, pois há risco de ocorrer a germinação dos grãos que podem se tornar hospedeiras da doença e, assim, migrar para as lavouras no período de safra normal.

Setembro é mês de Comissões

As reuniões das comissões da FAEP serão retomadas neste mês. Previstas para ocorrerem em agosto, elas haviam sido canceladas pela diretoria da entidade em função da Gripe A (H1N1).

Avicultura; Suinocultura; Cereais, Fibras e Oleaginosas se reúnem no próximo dia 14, às 8h30. Além dos temas específicos de cada uma delas, todas terão eleições para a escolha dos membros das Câmaras Técnicas. A Comissão de Avicultura apresentará os resultados do projeto de levantamento de custos.

Endividamento e políticas para o setor será um dos assuntos da Comissão de Suinocultura.

A Comissão de Cereais, fibras e oleaginosas terá como um dos temas Mercado de trigo, soja, milho e feijão – comercialização, crédito, endividamento, seguro e políticas agrícolas.

No dia 15, quem se reúne é a Comissão de Bovinocultura de Leite, com a reunião do Conleite Paraná. Entre os diversos temas que serão abordados está programada uma visita a uma propriedade com sistema de produção intensiva de leite, fertirrigação e produção de silagem de inverno, no município de Porto Amazonas.

A reunião da Comissão de Café será no Centro de Treinamento Agropecuário (CTA), em Ibiporã, no dia 18. Os membros discutirão o endividamento do setor, a legislação de rotulagem. O presidente da Comissão Nacional do Café, Breno Mesquita, apresentará durante o encontro as propostas ministeriais.

As comissões da FAEP foram recentemente reestruturadas em: bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, suinocultura, avicultura, caprinocultura e ovinocultura; cereais, fibras e oleaginosas; café; hortifruticultura e cana de açúcar.

Foram instituídas as câmaras técnicas de: política agrícola, meio ambiente, assuntos fundiários, trabalho/previdência; pequena propriedade e sanidade.



14 de setembro - 8h30 | reunião Comissões de Avicultura, Suinocultura e Cereais, Fibras e Oleaginosas

15 de setembro - 8h30 | reunião Comissão de Bovinocultura de Leite

18 de setembro - 9h | reunião Comissão de Café

Contribuição Previdenciária Rural no Paraná

O SENAR-PR e a Receita Federal do Brasil promoverão treinamentos gratuitos em 21 municípios do Paraná sobre Contribuição Previdenciária Rural.

As palestras vão abordar temas como: Tributação Previdenciária, contribuição previdenciária, enquadramento e tributação de empresas agroindustriais, obrigações principais e acessórias, compensações e restituições, GFIP e GPS.

Os encontros serão ministrados por auditores fiscais e tem como público alvo, contadores, empresários, profissionais de RH e empresas que atuam no meio rural.

Veja a programação e faça sua inscrição no site: www.senarpr.org.br.

}} POSSE

Sindicato de São João do Caiuá tem nova diretoria

José Carlos da Silva Maia assumiu a presidência do sindicato no triênio 2009/2012 no último dia 24 de agosto. Maurício Luiz Vituri e Bernardo Arenas Filho tomaram posse como os novos vice-presidentes.

Pirai do Sul conclui período de aprendizagem do JAA

Para comemorar o encerramento de uma das turmas do JAA o Sindicato Rural de Pirai do Sul, juntamente com a Prefeitura Municipal, organizou dia 25 de agosto uma visita a Colônia Castrolanda em Castro.

Os alunos da instrutora do SENAR-PR, Liane Braga, conheceram a história da colonização holandesa da região, na visita ao Moinho e Museu da colonização. Eles também presenciaram o manejo das vacas leiteiras holandesas, que produzem em média 28 litros de leite ao dia.

A classe aprendeu sobre a história do Paraná finalizando o passeio em um dos pontos mais interessantes do nosso Estado, a Fazenda Capão Alto. Ela foi fundada em 1704 e já foi administrada por membros da aristocracia paulista, frades carmelitas, escravos, proprietários rurais paranaenses, imigrantes entre outros. A fazenda possui sua casa central erguida em taipa de pilão no século 19 e marca o início da povoação dos campos gerais.

Em 1982 a Fazenda Capão Alto foi tombada pelo governo estadual como patrimônio histórico. Atualmente é mantida pela Cooperativa Central de Laticínios do Paraná que procura patrocinadores para a restauração.



O grupo de Pirai do Sul em visita a Castrolanda



Fotos: Divulgação

Curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas



Divulgação

Nos dias 21 e 22 de agosto 12 participantes tiveram o Curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas, divididos nos temas tratorista agrícola, tratorista polivalente e básico para quem apenas dirige tratores.

O evento foi aplicado pela instrutora do SENAR-PR

Andréia Barcarol no Km 340 da BR 373

próximo ao trevo de acesso de Pato Branco. O curso teve a parceria entre Sindicato Rural, Sistema FAEP/ SENAR-PR e Prefeitura Municipal.



Em Mariópolis

O mesmo curso foi aplicado por Andréia dois dias antes (19 e 20) também no sudoeste do Paraná. As aulas teóricas foram ministradas na Escola Municipal Padre Eduardo Machado, as práticas em uma fazenda da região de Mariópolis. O curso contou com 11 participantes.

Divulgação



Curso de Aplicação de Agrotóxicos - Tratorizado

Nos dias 17 e 19 de agosto foi realizado o curso de Aplicação de Agrotóxicos em Mariluz. Os participantes tiveram aulas práticas e teóricas, e aprenderam a utilizar, revisar e conservar o equipamento de proteção individual (EPI). Discutiram sobre a Norma Regulamentadora 31 e foram orientados sobre a destinação final das embalagens de agrotóxico. O evento realizado pelo SENAR-PR teve parceria da Prefeitura Municipal.

Sindicato realiza curso: Artesanato em Bambu

Durante os dias 18 e 19 de agosto o Sindicato Rural de Ubitatã, em parceria com o SEMAR-PR, realizou o curso de Artesanato em Bambu. O curso foi ministrado pelo instrutor do Senar Mario Natário Filho. O objetivo de desenvolver capacidade de trabalhar com a matéria prima obtendo uma visão de negócio agregando valor em objetos de grandes utilidades.

Arquivo

Os cães e as cores

» Uma dúvida comum é se o cão enxerga em cores ou em preto-e-branco e a verdade é que eles têm a capacidade de enxergar cores, mas não da mesma maneira que nós. Para os cães, as cores verde, amarelo, laranja e vermelho não têm diferença nenhuma. É uma espécie de daltonismo para estas cores. Mas o cão consegue diferenciar as cores violeta, azul e verde.



Céu Anil

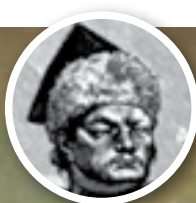
» **Por que o céu é azul quando visto da superfície da Terra?**

A interação da luz do Sol com nossa atmosfera é a responsável pela cor azul que vemos. No espaço aberto, mesmo em presença de luz solar, os astronautas enxergam um céu escuro, porque lá não existe atmosfera.

PEDRO, O GRANDE, imperador da Rússia entre 1682 e 1725, era realmente grande: tinha **2,13 METROS.**



Já o temível **ÁTILA,** rei dos Hunos, media **1,06 METRO.**



BEM NA FOTO

Wilson Dias/ABR



Petrobrás

» "O governo é uma mãe".
Presidente **LULA** sobre a divisão do pré-sal



3,15 %

foi a rentabilidade de **AÇÕES** ante 0,70% dos fundos DI e 0,52% da caderneta de poupança em agosto.



A **VENDA DE VEÍCULOS** foi menor em

9,5 %

em relação a julho.

MOSAICO

Barulho de carroça

» No silêncio de um entardecer, o agricultor perguntou ao filho:

- Além dos pássaros, você está ouvindo mais alguma coisa?

E ele respondeu:

- Estou ouvindo um barulho de carroça.

- Isso mesmo, disse o pai, e é uma carroça vazia...

O filho então perguntou:

- Como pode saber que a carroça está vazia, se ainda não a vimos?

- Ora, respondeu ele, é muito fácil saber que uma carroça está vazia por causa do barulho. Quanto mais vazia a carroça maior é o barulho que faz!

Já adulto, e até hoje, quando o filho vê uma pessoa falando demais, gritando, tratando o próximo com grossura inoportuna, prepotência, interrompendo a conversa de todo mundo e querendo demonstrar que é a dona da razão e da verdade absoluta, tem a impressão de ouvir o meu pai dizendo:

Quanto mais vazia a carroça, mais barulho ela faz!

O morcego português

» Três morcegos se orgulhavam de grandes farturas de sangue.

O morcego americano saiu em retirada, deu um vôo rasante, voltou com a boca cheia de sangue e disse:

- Estão vendo aquele cavalo ali? Fui eu que chupei o sangue dele.

Os outros dois morcegos, abismados, exclamaram: Ohhhhhh!

- O morcego brasileiro deu um vôo rasante e voltou com a boca cheia de sangue. E disse:

- Estão vendo aquela vaca ali? Fui eu que chupei o sangue dela.

Os outros dois morcegos, admirados, reagiram: Ohhhhhhhh!

Então o morcego português saiu em retirada, deu um vôo rasante e voltou com a boca cheia de sangue. E disse:

- Vocês estão vendo aquele muro ali?

- Sim, disseram o morcego americano e o brasileiro.

- Pois eu não vi, disse o português.





Importância e validade das convenções coletivas

Dispõe a CLT no artigo 611: “Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais Sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais do trabalho.”

As cláusulas normativas da convenção se aplicam aos contratos em vigor ou que vierem a ser celebrados durante sua vigência. Para tanto, quaisquer cláusulas da convenção não podem contrariar disposições de proteção ao trabalho ou normas de ordem pública, e especialmente os princípios constitucionais, dentre eles, o princípio da irretroatividade das leis, segundo o qual a lei não pode retroagir para alcançar situações jurídicas já consumadas ao tempo de vigência da lei anterior. Também, de acordo com o princípio do efeito imediato, quando um ato jurídico, num contrato em curso, não tiver ainda sido praticado, o será segundo as regras da lei nova; quer dizer que entrando em vigor, a lei se aplica, imediatamente, desde logo, às relações de emprego que se acham em desenvolvimento.

Respeitados pois os princípios gerais e constitucionais, a Convenção Coletiva representa importante meio de solução dos conflitos individuais, em diversos aspectos relativos ao contrato de trabalho. A jurisprudência é pacífica quanto ao acolhimento do convencionado na solução de controvérsias: “HORAS “IN ITINERE”. NEGOCIAÇÃO COLETIVA. VALIDADE. Existindo pactuação em Convenção Coletiva de Trabalho atinente às horas “in itinere”, deverão prevalecer os termos fixados no instrumento

normativo, tendo em vista que representa o legítimo resultado obtido por meio das negociações firmadas entre os Sindicatos envolvidos, ou seja, a vontade das partes. A validade dos instrumentos coletivos está prevista em dispositivo constitucional (art. 7º, inc. XXVI). Dessa forma, estabelecendo a Convenção Coletiva de Trabalho que o tempo de percurso de qualquer transporte fornecido pelas empresas aos seus empregados não será considerado como tempo de serviço, deverá tal sistemática ser observada, independentemente do tempo efetivamente despendido no percurso, por força da negociação levada a efeito pelas partes.” (TRT-PR-01534-2008-658-09-00-6, Relator Des. UBIRAJARA CARLOS MENDES).

Em outra decisão demonstrando a influência da Convenção Coletiva nas condições de trabalho: “INTERVALO INTRAJORNADA SUPERIOR A DUAS HORAS - PREVISÃO EM INSTRUMENTO NORMATIVO - VALIDADE. O caput do artigo 71 da CLT estabelece que o intervalo intrajornada não pode exceder de duas horas, salvo acordo escrito ou convenção coletiva em contrário. Portanto, é o próprio preceito legal invocado que admite elasticidade do intervalo intrajornada por além de duas horas, desde que previsto em instrumento coletivo de trabalho, o que foi devidamente observado, no caso em tela.” (TRT-PR-01639-2008-096-09-00-2, Relator Des. SÉRGIO MURILO RODRIGUES LEMOS).

Daí a importância da celebração da Convenção Coletiva mediante respeito aos princípios estampados na CLT e Constituição Federal, a fim de que prevaleça como verdadeira composição de interesses.



Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br | site: www.faep.com.br

Presidente
Ágide Meneguette

Vice-Presidentes
Moacir Micheletto
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários
Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros
João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal
Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes
Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br | site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo
Presidente
Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos
Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal | Membros Efetivos
Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência
Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Jornalista responsável
Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)
Marcos Tosi (redator)
Cynthia Calderon (redatora)

e-mail: imprensa@faep.com.br

Diagramação e projeto gráfico
Ctrl S Comunicação | www.ctrlscomunicacao.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Governo e Fundepec modernizam defesa sanitária

Nunca antes se investiu tanto na modernização da defesa sanitária

Quando o assunto é sanidade agropecuária, o Paraná tem mostrado que é possível grandes conquistas. Basta o setor público e o privado se unirem com o mesmo objetivo. É o que está acontecendo na sensibilização e conscientização das comunidades de todos os 399 municípios paranaenses, através dos CSAs (Conselhos de Sanidade Animal). É um reforço fundamental para se obter qualidade dos animais e dos produtos derivados destinados ao consumo interno ou à exportação. O raciocínio é simples: a exploração agropecuária tem grande importância em praticamente todos os municípios e o fortalecimento com os cuidados com sanidade animal e vegetal dão credibilidade e abrem as portas para qualquer cadeia produtiva.

As várias esferas do governo (federal, estadual e municipais) aderiram à essa percepção defendida pelo Sistema FAEP. O FUNDEPEC – Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná que reúne instituições representativas da indústria e dos produtores rurais e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento paranaense se mobilizaram em ações conjuntas para a modernização do sistema de defesa sanitária. Segundo o secretário nacional de Defesa Agropecuária, Inácio Kroetz, o ministro Reinhold Stephanes já liberou R\$ 14 milhões ao Paraná e deve liberar mais R\$ 6 milhões nos próximos meses.

“Nunca tivemos na história da sanidade animal do Estado um investimento desse porte”, disse o secretário de Agricultura, Valter Binachini. Já o governador Roberto Requião lembrou que “os investimentos em defesa agropecuária se acentuaram desde 2005 e estamos colhendo o sucesso desses esforços”. Para o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, todo esse esforço conjunto visa “vencermos as barreiras no mercado mundial”.



Cleverson Beje

Stephanes e Bianchini na vanguarda da sanidade



DEFESA AGROPECUÁRIA

Um conselho em cada município

A importância dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSAs) como instrumento de aproximação de lideranças locais com o conhecimento prático da realidade do município será concretizada até abril de 2010, quando haverá em cada município um Conselho. Até agora foram criadas 186 estruturas, seguindo uma metodologia onde inicialmente é feita a mobilização das lideranças municipais. Em seguida ocorre uma primeira reunião de sensibilização e formação do conselho. Na segunda reunião é montado um Plano de Ação para o Município e dado posse ao conselho. O CSA é formado por produtores, comerciantes de insumos, representantes de agroindústrias e de cooperativas, das secretarias municipais, técnicos da Emater, Seab e do MAPA, sempre presidido por membro da comunidade. Os sindicatos rurais são importantes nesse processo, porque são os grandes mobilizadores dos principais interessados, os produtores. Cabe ao Conselho colocar em prática o Plano de Ação, de acordo com as necessidades específicas do município, considerando as cadeias produtivas com maior significado socioeconômico para a comunidade.



31 postos controlam as divisas e as fronteiras do Paraná

Uma parceria repetável

Ministério, Secretaria de Agricultura, Emater, Fundepec e Senar-PR se unem em busca da sanidade agropecuária paranaense

O trabalho envolve o Sistema FAEP, que por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural no Paraná (SENAR-PR), fornece os consultores na orientação da formação dos CSAs e respectivos Planos de Ação. O SENAR-PR participa também na capacitação de produtores e técnicos em sanidade agropecuária nas diferentes cadeias produtivas. Desta forma o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária (Fundepec), o Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária, (Conesa), a Emater, o Departamento de Fiscalização e da Defesa Agropecuária (Defis) e o SENAR-PR trabalham em parceria, de forma complementar e respeitando suas funções institucionais.

O envolvimento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a adesão do governo estadual, através da SEAB (Secretaria da Agricultura e do Abastecimento) juntamente com o sistema FAEP/SENAR-PR e o FUNDEPEC, que, quebrando barreiras culturais e políticas, permitiram um entendimento que se converteu em recursos para o Paraná investidos na aquisição de 165 veículos, de equipamentos de comunicação e de informática (267 computadores e 88 impressoras) e contratação de profissionais: 55 Médicos Veterinários; 19 Engenheiros Agrônomos e 63 técnicos agropecuários em 2007.

A mais recente aquisição do governo do Estado foram os 62 veículos, entregues no último dia 25. Os carros, modelo Ecosport, vão ser utilizados



Grupo de funcionários do posto de Guaira, na fronteira com Mato Grosso do Sul e Paraguai

pelo Departamento da Fiscalização e da Defesa Agropecuária (Defis), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab). Este ano mais 20 engenheiros, 20 médicos veterinários e 207 técnicos foram contratados para os 31 postos de fiscalização sanitária e fitossanitária que a Secretaria passa a operar diretamente por meio do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (Defis), seguindo os critérios da União Européia que não aceitava o sistema de terceirização feito pela Claspar (Companhia Paranaense de Classificação).

Este conjunto de medidas permite o melhor controle da entrada e saída de produtos agropecuários no Paraná. Para o assessor técnico do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Paraná (FUNDEPEC), Celso Doliveira "são ações preventivas que resultam em melhoria do status sanitário para diferentes pragas e enfermidades, mostrando o preparo do Estado na administração de riscos com todos os agentes envolvidos falando a mesma linguagem".

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14o andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável _____



Cleverson Beje

165
novos veículos